



ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE TRABALHADORAS RURAIS E LUTA POR IGUALDADE DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DO SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Júlia Carla Duarte Cavalcante – Mestranda pelo PPGD-UFPE

RESUMO

As problemáticas que envolvem a análise do semiárido brasileiro têm como uma de suas diversas determinações a forma com que as mulheres rurais são afetadas particularmente pelas questões socioambientais. A maneira com que as questões de gênero e ambiental se apresentam nesses territórios apontam fortes correlações. Este artigo objetiva revisitar as bases de formulação da proposta de convivência com o semiárido sob uma perspectiva de gênero, através das experiências de atuação política construídas por organizações de trabalhadoras rurais incidentes na região. O presente estudo foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica no tema cujas bases se inserem no campo teórico da análise materialista das relações sociais. Foi empreendida uma abordagem qualitativa e descritiva de registros documentais primários e secundários provenientes de organizações políticas de mulheres trabalhadoras rurais no semiárido, bem como alguns dados extraídos de órgãos públicos provedores de estatísticas. O trabalho mostrou a existência de mecanismos que compõem a estrutura de divisão social/sexual do trabalho e suas implicações no contexto das mulheres rurais. A análise verifica que, por meio das experiências de incidência de movimentos e organizações populares nessa realidade, tem ocorrido um avanço na construção de propostas que tornem possível a construção de uma convivência com o semiárido na qual também esteja incluída o horizonte de superação das desigualdades entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Gênero; Meio Ambiente; Semiárido.

INTRODUÇÃO

Pensar a questão ambiental em um cenário cada vez mais destrutivo exige uma abordagem a partir da estrutura social no qual esta pauta se insere. Assim sendo, o meio ambiente se apresenta intimamente mediado por outras problemáticas, dentre elas, a questão das desigualdades de gênero¹.

¹ Sobre o conceito de gênero Miriam Pillar Grossi coloca: "[...] gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual. Gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado [...]" (GROSSI, 1998, p.5).

Os reflexos de uma sociedade estruturalmente desigual do ponto de vista do gênero constituem uma situação que é vivida por milhares de mulheres em sua totalidade. Contudo, outras determinações como a classe, raça, os territórios em que estão situadas; se explicitam enquanto mediações concretas que fazem com que os efeitos desta desigualdade sejam vivenciados de maneiras diversas.

A particularidade da formação histórica de cada país, bem como a maneira como se inserem na divisão internacional do trabalho, lastrearam a forma com que as políticas ambientais adotadas por cada uma dessas concretudes tenham influência na análise da situação das mulheres de uma determinada região, sobretudo quando se fala no semiárido brasileiro, território com características ambientais e socioeconômicas bastante específicas.

Caracterizar, pois, estas relações desiguais entre gêneros atreladas à crise ambiental atual é uma tarefa salutar em duros tempos de capitalismo inserido em seu contexto de reestruturação produtiva² neoliberal. Tal conjuntura aponta a característica autodestrutiva deste modo de produção, sobretudo em relação ao meio ambiente, diuturnamente atingido pelo processo de acumulação desenfreada de capital.

A situação das mulheres não se desenvolve apartada desse contexto. Inseridas nesta totalidade histórica e social, são atingidas de modo bastante singular, tendo suas condições de vida, trabalho e acesso à direitos diretamente obstaculizados pelas desigualdades de gênero presentes na base estrutural desse tipo de sociabilidade.

Esta análise aponta como as ações de organizações de trabalhadoras rurais e sua inserção na proposta de convivência com as dificuldades e potencialidades da região semiárida contribuem para constituição de uma proposta que potencializa as transformações das relações não só dos seres humanos e o meio ambiente, mas também dos seres entre si com vistas à superação destas desigualdades.

REFERENCIAL TEÓRICO

² Sobre a crise estrutural do capital e reestruturação produtiva e suas consequências, o sociólogo do trabalho Ricardo Antunes expõe o seguinte: "(...) A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, tem acarretado, entre tantas consequências, profundas mutações (...) (...) Desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital." (ANTUNES, 2009, p. 17).

1.2 DESIGUALDADE DE GÊNERO E QUESTÃO AMBIENTAL: PRESSUPOSTOS DE UM DEBATE FUNDAMENTAL

A questão ambiental circunscreve-se em um cenário em que outras determinações lhe são colocadas. Entender os diversos obstáculos para construção de um desenvolvimento com harmonia entre o ser humano e a natureza envolve pensar tal questão inserida na complexa dinâmica social feita de contradições e disputas por hegemonia de projetos societários diversos.

Dentre as diversas determinações da sociabilidade capitalista, abordar teoricamente a temática do meio ambiente pressupõe, assim, sua inserção na totalidade da reprodução social do gênero humano. Como coloca Ivo Tonet (2015):

É lugar-comum afirmar que a humanidade está vivenciando, atualmente, uma crise de gravíssimas proporções. Crise que não afeta apenas algumas, mas todas as dimensões da vida social e que põe em perigo a existência da própria espécie humana. Entre estas dimensões, uma das mais importantes é certamente a relação do ser humano com a natureza [...] (TONET, 2015, p. 479).

De tal sorte que, a interpretação da relação do ser humano com a natureza e o que se coloca neste trabalho como questão ambiental, se baseia em que:

“[o] foco do problema não está nas próprias relações dos homens com a natureza, mas nas relações dos homens entre si neste processo. [...] Deste modo, a resolução dos problemas ecológicos passa, hoje, necessariamente, pela mudança da forma do trabalho.” (Tonet, 2015, p. 487).

Como coloca José Paulo Netto (2011), não existe sociedade humana se não houver trabalho. Esse é, por assim dizer, o solo das análises sociais (NETTO, 2011, p. 51). Tal afirmação significa apontar que a questão ou crise ambiental é uma das faces da crise do capital.

Tendo em vista o aumento dos riscos e da precariedade das relações de trabalho que são estruturantes deste modelo de sociabilidade, é imprescindível que nos voltemos à análise da categoria fundante do ser social, o trabalho.

Segundo Lukács (2011), "o trabalho é de importância fundamental para a peculiaridade do ser social e fundante de todas as suas determinações" (LUKÁCS, 1979, p.159). Essa é uma explicação ontológica do ser social e de sua sociabilidade. Considerada de

tal forma, serve para compreender a importância do trabalho enquanto categoria de análise dos processos históricos e sociais e ao mesmo tempo o porquê do seu caráter fundante.

Inserir nestas discussões os estudos de gênero se coloca também como uma necessidade. São estas análises que iluminam as premissas de que todo o alicerce das desigualdades entre os gêneros foi socialmente constituído.

Esta constatação tem como consequência, em primeiro lugar, a afirmação da possibilidade igualmente social de superação desse sistema de desigualdades; e, em segundo, que romper com essa exploração entre gêneros implica também transformar por completo as bases que fundamentam as diferenças presentes entre os indivíduos.

Torna-se necessário discutir o papel das desigualdades de gênero na questão ambiental por estarem tais determinações inseridas na mesma base material estruturalmente firmada por diversas mediações que incorrem tanto sobre o meio ambiente quanto sobre as mulheres em sua diversidade.

1.3 DIVISÃO SOCIAL/SEXUAL DO TRABALHO: UMA APREENSÃO NECESSÁRIA ÀS ANÁLISES DA QUESTÃO DE GÊNERO

O modo de produção capitalista é caracterizado pela consolidação do uso da força de trabalho como mercadoria. A partir disto se conforma uma organização do trabalho que possui uma divisão social responsável por intensificar ainda mais os níveis de exploração.

Esta divisão está inserida dentro de um sistema sociometabólico, historicamente construído e que afeta de diferentes formas todos os seres. Conforme Ricardo Antunes: “[...] os seres sociais tornaram-se mediados entre si e combinados dentro de uma totalidade social estruturada, mediante um sistema de produção e intercâmbio estabelecido [...]” (ANTUNES, 2009, p. 21)

Uma das importantes determinações dessa divisão social é a divisão sexual do trabalho. A exploração do capital sobre a força de trabalho humana designou uma divisão aprofundada ainda mais por um sistema patriarcal que é responsável pela submissão das mulheres aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados (CISNE, 2012).

Assim, compreender os mecanismos que compõem essa divisão social do trabalho implica considerar determinações importantes e necessárias para a reprodução do sistema sociometabólico do capital.

1.4 CARACTERIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

A região semiárida é repleta de peculiaridades e contradições. Embora possua um particular potencial de recursos naturais, é ainda perpassada por desigualdades sociais das mais diversas. Este estudo se aproxima da concepção de região explicitada por Francisco de Oliveira (2008) em que coloca:

Uma “região” seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da sua reposição (OLIVEIRA, 2008, p. 148-149).

Um dos elementos caracterizadores do semiárido brasileiro é sua alta concentração de terra e água. Os dados fornecidos pela Articulação no Semiárido Brasileiro (2009) apontam que 33% dos estabelecimentos agropecuários totais do país se encontram neste território. São mais de um milhão e setecentos mil estabelecimentos, sendo que destes, 93% estão na mão de apenas 73% de proprietários. Com isso, 36,3% das famílias que estão sem-terra no Brasil se encontram concentradas nestes territórios.

Há uma grande presença de apropriação privada dos recursos naturais, a qual se reflete de maneira forte na questão hídrica. Mais da metade das famílias rurais brasileiras que não possuem rede de abastecimento de água estão situadas no semiárido. Disso decorre a necessidade de buscarem outras formas de acesso como: poços artesanais, cisternas ou mesmo tendo que percorrer grandes distâncias em busca de água, que nem sempre é apropriada para o consumo (ASA, 2009).

É fato que esta região é marcada, em parte, por sua condição natural, atingida por índices pluviométricos irregulares, no entanto, os índices sociais apontados são fruto sobretudo da concentração da propriedade dos recursos naturais e a apropriação destas fontes estratégicas por uma pequena minoria.

Com tal cenário, os reflexos da desigualdade de gênero se materializam com bastante força nas mulheres dessa região. Sobretudo nas mulheres rurais que vivem da produção agrícola. Estas, além de atingidas pelas más condições de vida no campo, sofrem pelas violências e explorações decorrentes da sua condição de gênero, verificadas nesse contexto

principalmente através da superexploração e invisibilização do seu trabalho. Como coloca Oliveira:

(...) as mulheres rurais além de resistirem às adversidades das condições ambientais e viverem relações de poder expressas na concentração da terra, enfrentam relações de subordinação de gênero na esfera privada/doméstica e na esfera pública. Essas situações são manifestas nas estruturas de poder, na família, relações de parentesco, legislação, sexualidade e mundo do trabalho, articulando diferentes sistemas de exploração (...) (OLIVEIRA, 2011, p.2).

Nas adversidades e contradições sofridas pela população rural do semiárido, encontramos determinações particulares no tocante aos efeitos sobre as mulheres. Seja no acesso à terra, à água, ou mesmo nas condições de divisão do trabalho; os efeitos das desigualdades de gênero atuantes nas relações sociais atingem-nas desde as maneiras mais sutis até às mais explícitas.

Como consequência, suas condições de vida se tornam muito mais precarizadas, uma vez que boa parte de sua jornada de trabalho diária não é reconhecida enquanto tal, dificultando até mesmo o seu autorreconhecimento enquanto trabalhadoras. Maria Emília Lisboa Pacheco (2009) em seu trabalho sobre a questão de gênero no desenvolvimento agroecológico, coloca as dificuldades do reconhecimento e autorreconhecimento dessas mulheres no quadro de divisão social das atividades dos domínios rurais:

Embora elas participem de numerosas atividades agrícolas e extrativas em dupla ou tripla jornada, a invisibilidade de seu trabalho permanece. Quando mulheres e crianças realizam o mesmo trabalho que o homem, é comum dizer-se que estão “ajudando”. Desde 1991 os movimentos de mulheres lançaram campanha por seu reconhecimento como trabalhadoras rurais. O paradigma dominante na economia reforça duplamente essas desigualdades. Ignora o trabalho reprodutivo não pago, tornando invisível a maior parte da produção feminina, e ignora a divisão sexual do trabalho (PACHECO, 2009, p.3).

As desigualdades que atingem as mulheres no semiárido também se encontram na infraestrutura precária do campo. As dificuldades do acesso à educação, abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, coleta de lixo, telefone, dentre outros. Estes são fatores que atingem uma enorme quantidade da população rural semiárida, porém, recai sobre as mulheres de maneira muito mais incisiva tendo a desigualdade de gênero como fator que perpassa todas estas questões. Por isso:

Embora a carência de infraestrutura afete o conjunto dos moradores dos domicílios rurais, elas atingem especialmente as mulheres, por ser a moradia

um dos espaços importantes do trabalho realizado por elas. [...] A falta de abastecimento de água e de sua canalização interna no domicílio é talvez o elemento da infraestrutura que mais consequências traga para o trabalho das mulheres na zona rural, dado que em geral compete a elas a busca de água para o abastecimento da casa (no caso de não se ter fontes de água próximas à casa) e que a falta de canalização interna dificulta em muito todas as atividades domésticas, como cozinhar, lavar a louça, lavar roupas, o cuidado com as crianças (banho e asseio).[...] No nordeste este fato é provavelmente agravado pelas condições do semiárido, que levam nos períodos de seca mulheres e crianças a terem que se deslocar quilômetros em busca de água (CINTRÃO *et al.*, 2006, p. 3 e 4).

As desigualdades de gênero no semiárido se relacionam a um contexto total de desigualdades socioambientais. Desenvolver estratégias de convivência com essas adversidades torna-se uma medida de sobrevivência para toda sua população, mas, sobretudo, para as mulheres em sua multiplicidade de características e heterogeneidade de situações concretas do cotidiano.

1.5 ORGANIZAÇÃO DE TRABALHADORAS RURAIS E SUAS PROPOSTAS NA CONSTRUÇÃO DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: LIMITES E POSSIBILIDADES

Historicamente estão em conflito propostas e alternativas distintas de lidar com as particularidades do semiárido. Com variadas proposições que vão desde o combate à seca e aos seus efeitos - linha hegemônica no século XX - até a de modernização econômica e tecnológica dos últimos 40 anos. Importa assinalar que todas estas são impostas por padrões de dominação e análises que não levam em consideração as demandas vividas pelas camadas populares da região.

Em paralelo a tais perspectivas hegemônicas de tratar as especificidades naturais da zona caatingueira, na passagem dos anos 70 para 80 emergiram formas alternativas que buscam, juntamente com os atores sociais do próprio território, construir coletivamente ações de convivência com o semiárido.

Rompendo com os paradigmas excludentes até então construídos, os modelos de convivência com o semiárido são norteados por princípios de convivência harmônica com os recursos naturais e buscam novas relações que superem as contradições e desigualdades.

A convivência manifesta uma mudança na percepção da complexidade territorial e possibilita resgatar e construir relações entre os seres humanos e a natureza, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das famílias

sertanejas. Esta nova percepção elimina “as culpas” atribuídas às condições naturais e possibilita enxergar o Semiárido com suas características próprias, seus limites e potencialidades (CONTI *et al.*, 2013, p. 27).

Diversas organizações da sociedade civil atuam na região com ações e projetos nessa perspectiva de convivência. Podemos citar: a Articulação Semiárido Brasileiro, rede que reúne mais de mil organizações; AS-PTA Agroecologia; ESPOLAR- centro de pesquisa e assessoria; FCSVA - Fórum cearense pela vida no semiárido; CEDASB - Centro Sabiá de Desenvolvimento Agroecológico; CETRA Trabalhador, dentre outras.

Além das organizações não governamentais (ONG's), podemos perceber também a importante atuação de movimentos sociais, que em suas pautas cumprem o papel de apontar a inescapável ligação entre as questões ambientais e de gênero, tais como: o Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra - MST, Movimento de Pequenos Agricultores - MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, etc.

Todas estas organizações desafiam a hegemonia do poder na forma do agronegócio exportador³ e do latifúndio, promovendo outra forma de relação entre ser humano e meio ambiente como uma possibilidade de se atuar para construir soluções que enfrentem as políticas hegemônicas e destrutivas implementadas pela agenda neoliberal.

Em um aspecto mais imediato, se faz imprescindível que os projetos e políticas ambientais empreendidas para o semiárido sejam pensados conforme a estrutura desse todo complexo; entendendo também que as questões ambientais estão relacionadas com diversas mediações como a de gênero, acesso à terra, dentre outras e que a participação dos atingidos como protagonistas destas soluções farão com que estas políticas atendam de fato as reais demandas empreendidas.

É fundamental notar nestas organizações o objetivo que vai para além das tecnologias ambientalmente responsáveis, atuando, sobretudo, na relação das pessoas com seu lugar e do relacionamento delas entre si, a exemplo, na superação das diferenças entre os gêneros.

Como se pode notar na carta política de gênero da Articulação Semiárido Nacional:

³ Fernandes e Welch apud Azevedo conceituam: “agronegócio” (agribusiness) o complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças, de modo que o movimento desse complexo e suas políticas formariam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais commodities e atuam em diversos outros setores da economia. O controle desse complexo teria também forte influência sobre os processos de construção de conhecimento, de tecnologias e políticas agrícolas. Seriam também de forte referência ao sistema agrícola do agronegócio a monocultura, o trabalho assalariado e a produção em grande escala. (FERNANDES *et al.*, apud AZEVEDO, 2012, p.18)

Entendemos que a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável e de convivência com o Semiárido, passa pelo reconhecimento da situação de opressão e subordinação em que vivem as mulheres. A ação transformadora dessa realidade pressupõe a perspectiva de gênero como ação estruturante, a incorporação da luta pelos direitos das mulheres e a sua constituição como sujeitos políticos (ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2006, p.1).

Em outro documento político da Articulação no Semiárido Brasileiro, temos:

Não podemos ficar indiferentes às situações de violência que se impõem sobre as mulheres, tendo, como pano de fundo, a divisão sexual do trabalho. Daí a necessidade de retomar e fortalecer a auto-organização das mulheres, com vistas a contribuir com o projeto político da ASA a partir de uma perspectiva feminista de transformação da sociedade e de superação das desigualdades entre homens e mulheres (ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2012, pp. 4 e 5).

A construção de uma convivência com semiárido, portanto, é inseparável da luta das mulheres por igualdade de gênero. Através dessa perspectiva, diversas ações e programas foram pensados objetivando conseguir autonomia para as mulheres da região.

Subvertendo os paradigmas de desigualdades a elas imposto pela estrutura dominante, as mulheres do semiárido reivindicam para que as suas demandas específicas sejam atendidas e compreendidas como parte integrante das organizações atuantes na região e pelos programas e ações destinados a esta população. É comum que em suas reivindicações a questão de gênero e ambiental estejam inseparadas, até mesmo pelas suas próprias condições materiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da abordagem teórica empreendida no trabalho foi possível discutir o papel das desigualdades de gênero na questão ambiental. Por ser esta uma chave analítica capaz de apreender as diversas experiências de construção da convivência com o semiárido, houve a necessidade de observar como lhes aparece nas formas de organização de mulheres trabalhadoras rurais da região.

Há diversas ações envolvendo a perspectiva de gênero nas políticas ambientais direcionadas ao semiárido. A ASA (Articulação no Semiárido Brasileiro), por exemplo, promove o projeto de intercâmbio entre mulheres agricultoras. Nestes intercâmbios, as mulheres compartilham experiências de produção agroecológica, conhecimentos naturais, e, o

mais importante, compartilham como essas atividades influenciam na luta pela mudança das relações de exploração e invisibilidade do trabalho por elas vivenciadas no cotidiano.

Outros exemplos das determinações do gênero à questão ambiental ocorrem dentro dos movimentos sociais do campo. Embora não sejam exclusivamente movimentos de cunho socioambiental, possuem como um dos seus fundamentos uma nova forma de relação entre o ser humano e os recursos naturais como um todo.

No interior destes movimentos emergiram, desde a década de 70, setoriais especificamente responsáveis para tratar da temática das particularidades das mulheres. As discussões giram em torno da inserção da questão de gênero como um dos pilares estruturantes destas lutas.

A emergência de tais organizações de mulheres dentro dos próprios movimentos evidencia a necessidade de se ampliar o debate a respeito da questão de gênero nesses espaços de organizações políticas e principalmente de reivindicar essas pautas como fundamentais para a própria conquista e ampliação do acesso aos recursos naturais a partir de um modelo solidário e soberano⁴.

Outra realização importante que se destaca nesse quadro de experiências em análise é a chamada “Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia”, realizada nos municípios que integram a dinâmica do Polo da Borborema⁵. Tradicionalmente esta movimentação política acontece no 08 de março, em alusão ao Dia Internacional da Mulher. Além das mulheres da região do Polo, a marcha recebe caravanas de várias regiões que convergem com as pautas de suas reivindicações e centram-se no combate a violência contra a mulher, pela agricultura e produção agroecológica (SOBREIRA, 2019).

Estas são pautas e demandas que atingem recorrentemente as mulheres do semiárido. Por suas condições territoriais, este segmento sente a crise ambiental de uma maneira particular. O que há de mais relevante na observação da experiência de tais movimentos é apresentar a sua capacidade de articular conjuntamente a pauta de gênero e das lutas socioambientais.

O semiárido brasileiro caracterizado por suas particularidades climáticas e sociais se coloca como uma região repleta de contradições e desigualdades. Mas, sobretudo, pelas

⁴ Como expressão dessas movimentações, em 2015, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em sua Jornada Nacional de Luta das Mulheres do Campo, elegeram como tema anual a insígnia: Mulheres em luta: por soberania alimentar, contra a violência e o agronegócio (SILVA, 2015).

⁵ Este é um fórum de sindicatos e organizações da agricultura familiar que congrega 14 municípios e mais de cinco mil famílias do Agreste da Borborema– PB (SOBREIRA, 2019).

possibilidades de convívio com estas diferenças. Mostrando-se então, como um campo importante a ser explorado em suas diversas experiências.

Revisitar estas discussões possibilita a construção de estratégias que considerem as heterogeneidades e contradições das relações socioambientais existentes hoje e da enorme gama de singularidades que possuem a categoria mulher em seus mais diferentes contextos e realidades, na medida em que se compreende que as crises ambientais as atingem com mediações particulares presentes em sua realidade concreta.

Como mostram as experiências dos setores de gênero dos diversos movimentos sociais analisados, suas reivindicações e campanhas se mostram bastante avançadas sob o ponto de vista da efetiva inserção da perspectiva de gênero nas ações desenvolvidas com a perspectiva da convivência com o semiárido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. 6a ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

ARANTES, C.; FERREIRA, V.; SILVA, C. **Nosso Trabalho Sustenta o Mundo – SOS** corpo ed. – Recife, 2012. 92 p.

ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro. **Carta Política de Gênero**. Crato, 23 de nov., 2006. Disponível em: < <https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Carta-Politica-de-Genero.pdf>>.

_____. **Carta Política do VIII Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro (VIII EnconASA)**. Januária, 23 de nov., 2012. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdeic/apresentacoes-e-arquivos-audiencias-e-seminarios/a-s-a-carta-politica-seminario-em-30-11-2012>>.

_____. **Lutar e resistir pela Chapada do Apodi!**. Disponível em: < www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/3123-mulheres-dao-visibilidade-nacional-a-luta-em-defesa-da-chapada-do-apodi+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 17/11/2020.

AS.PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia. **VI Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia reunirá 5 mil agricultoras em Lagoa Seca-PB**. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2015/03/08/vi-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia-reunira-5-mil-agricultoras-em-lagoa-seca-pb/>>. Acesso em: 25/12/2020.

CINTRÃO, R. P.; HEREDIA, B. M.; **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista NERA. v. 9, n. 8. p. 1-28, 2006

CISNE, Miria. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. - 1ª ed.- São Paulo: Outras Expressões, 2012. 144 p.

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: PCT/MDA/IICA Apoio às políticas e a participação social no desenvolvimento rural sustentável, 2006.

CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar. **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Ed: IABS, Brasília-DF, Brasil, 2013.

CRUZ, E.F. ; OLIVEIRA, A.P.G. ; PEIXOTO, S. L.F. **As Relações de gênero no semi-árido: diagnóstico do território do sertão central cearense**. – Fortaleza: Esplar Centro de Pesquisa e Assessoria / Projeto Dom Helder Câmara, 2004.

DI SABBATO, A.; MELO, H.P.; LOMBARDI, M. R.; FARIAS, N.. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. – Brasília : MDA, 2009.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1998. 15 f. Disponível em: <http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf>.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social** - vol.2. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. **Mulher Bonita é Mulher que Luta**. Disponível em: <<http://mpabrasil.org.br/noticias/mulher-bonita-e-mulher-que-luta> >. Acesso em: 15/03/2021.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Boletim Regional**. Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – nº 1 (jan./abr. 2006) – Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2006

NETTO, José Paulo. Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. In: **Política Social: alternativas ao neoliberalismo**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social. Brasília: UNB, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes. Feminismo, Gênero e Vida cotidiana das mulheres do Semiárido Paraibano. In: **III Seminário Olhares diversos sobre a diferença**. João Pessoa, 2011.

OLIVEIRA, Maria Lúcia; RABAY, Glória. A vida das mulheres no semi-árido nordestino: pobreza, desigualdades e teimosia. In: **Jornal da Rede Feminista de Saúde**. Nº 26. São Paulo, 2004.

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. **A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico**. Disponível em: <http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=16920> Acesso em: 15/03/2020.

RIBEIRO, P. RAVENA, M; PAULA, C. **Pela vida das mulheres! Pela Agroecologia!**. Disponível em: < <http://patacparaiba.blogspot.com/2015/03/pela-vida-das-mulheres-pela-agroecologia.html>>. Acesso em: 14/03/2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres**. Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil, 2009.

SILVA, Maura. **Prestes a irem à luta, camponesas prometem enfrentar o agronegócio**. Disponível em: < <https://mst.org.br/2015/03/03/prestes-a-irem-a-luta-camponesas-prometem-enfrentar-o-agronegocio/>>. Acesso em: 22/05/2021.

SOBREIRA, Dayane. **A organização das mulheres camponesas na Paraíba e o sindicalismo do pólo da Borborema**. In: I Congresso Internacional de Meio Ambiente e Sociedade. Campina Grande, 22 de Nov., 2019.

TONET, Ivo. **Educação e Meio ambiente**. Rebel: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 479- 491, 2015.